



LDO

Lei de Diretrizes Orçamentária
Exercício 2021





SUMÁRIO

- 1 Mensagem do Prefeito ao Poder Legislativo
2. Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias
3. Anexos da LDO
 - 3.1 Anexo de Metas e Prioridades
 - 3.1.1 Anexo de Metas e Prioridades
 - 3.2 Anexos de Metas Fiscais
 - 3.2.1. Anexo I - Anexos de Metas Anuais
 - 3.2.2. Anexo II - Avaliação do Cumprimento das Metas
 - 3.2.3. Anexo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
 - 3.2.4 Anexo IV - Evolução do Patrimônio Líquido
 - 3.2.5. Anexo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos
 - 3.2.6. Anexo VII - Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita
 - 3.2.7. Anexo VIII - Margens de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado
 - 3.3 Anexo de Riscos Fiscais
 - 3.3.1 Anexo I - Anexo de Riscos Fiscais e Providências

000002



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
GABINETE DO PREFEITO



MENSAGEM DO PREFEITO



MENSAGEM Nº 005/2020

Senhor Presidente,

Para os efeitos legais, submeto a deliberação dessa Câmara Municipal a seguinte matéria:

PROJETO DE LEI:

EMENTA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JUSTIFICATIVA:

Em cumprimento ao disposto no § 2º, do artigo 165, da Constituição Federal e ao § 2º, do artigo 138, da Lei Orgânica do Município, encaminhamos à essa Egrégia Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei que “**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”, justificando-se, referida previsão legal, a presente propositura.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o instrumento de conexão entre o Plano Plurianual (PPA) e o Orçamento Anual. Tem a função de estabelecer a ligação entre o curto prazo (Lei Orçamentária) e o longo prazo (PPA 2018 - 2021). A LDO orienta a elaboração da LOA, fixa as metas e prioridades da Administração Pública, dispõe sobre alterações na legislação, estabelece metas fiscais, riscos fiscais e os fatores que podem vir a afetar as contas públicas.

Atendendo o que determina os dispositivos mencionados, submetemos à apreciação dessa Egrégia Casa de Leis o presente Projeto das Diretrizes Orçamentárias, que este acompanha, tratando-se de peça fundamental para a consecução e orientação das atividades do Poder Executivo e Município.

A LDO 2021 é apresentada com as metas de receita, despesa, resultado primário e resultado nominal, abrangendo o orçamento fiscal e da seguridade social, como também a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos,



autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. A correspondente execução orçamentária e financeira será registrada na sua totalidade em sistema consolidado e integrado.

Este Projeto de Lei tem por objetivos:

a) definir as metas fiscais para o exercício financeiro de 2021, que estão estabelecidas como resultado nominal, primário e endividamento, que deverão ser utilizadas como limites para a elaboração da Lei Orçamentária Anual para 2021;

b) apresentar, com a finalidade de permitir o monitoramento pelo Legislativo e pela sociedade, o Anexo de Riscos Fiscais, que apresentam eventos que podem impactar as contas públicas para o exercício seguinte;

c) definir os critérios para limitação de empenho, caso ocorra necessidade de contingenciamento de despesa, na forma do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF;

d) apresentar regras de orientação para a elaboração da Lei Orçamentária Anual para 2021;

e) apresentar as prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2021, que estão estabelecidas em consonância com o Plano Plurianual do município;

f) estabelecer as normas e disposições de controle da execução orçamentária, bem como dispor sobre alterações na legislação tributária que estarão vigentes a partir do próximo exercício;

As metas fiscais englobam as previsões do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

A LDO 2021 apresenta a estrutura abaixo descrita:

I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;

- ANEXO I - Anexo de Metas e Prioridades;

- ANEXO II, de metas fiscais, conforme art. 4º, da Lei Complementar 101/2000, compreendendo os seguintes quadros: *Demonstrativo das Metas Anuais em Valores Correntes e Constantes (Quadro 01)*; Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior Demonstrativo das Metas Anuais (**Quadro 02**); *Metas Anuais e Metas Fiscais*



Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores (Quadro 03); Evolução do Patrimônio Líquido (Quadro 04); Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Decorrentes da Alienação de Ativos (Quadro 05); Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (Quadro 06); Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (Quadro 07); Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (Quadro 08); Anexo de Riscos Fiscais (Quadro 09);

II - as diretrizes da estrutura e organização dos orçamentos;

III - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições sobre alterações na Legislação Tributária do Município;

VI - as disposições gerais.

O Anexo de Metas Fiscais estabelece as regras de harmonização entre a receita e a despesa, as quais devem ser observadas pela Administração Pública no exercício de 2021.

Os quadros que compõe o Anexo de Metas Fiscais são:

Quadro 01 – Metas Anuais

Metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando- as com as metas fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência das mesmas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

Quadro 02 – Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior:

Comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário do segundo ano anterior ao ano de referência da LDO;

Quadro 03 – Metas Anuais e Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores:

Metas anuais, em valores correntes e constantes relativas à receita,



despesa, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem, para os dois seguintes e três anteriores.

Quadro 04 – Evolução do Patrimônio Líquido:

Demonstra a evolução do Patrimônio Líquido dos últimos três exercícios anteriores ao ano de edição da respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Quadro 05 – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Decorrentes da Alienação de Ativos:

Demonstram a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, sendo que é vedada a aplicação de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente.

Quadro 06 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Estabelece as receita e despesas previdenciárias e saldo atuarial das contribuições ao Regime Próprio de Previdência Social e as despesas com aposentadorias e pensões.

Quadro 07 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita:

Estabelece as renúncias de receitas e suas respectivas compensações. É necessário que o valor da compensação, previsto no demonstrativo, seja suficiente para cobrir o valor da renúncia fiscal respectiva.

Quadro 08 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter

O conceito de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado foi instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF no artigo 17, conceituando-a como Despesa Corrente derivada de Lei, Medida Provisória ou Ato Administrativo Normativo que fixem para o Ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Quadro 09 – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências:

Os riscos fiscais são a possibilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar, negativamente, as contas públicas.



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
GABINETE DO PREFEITO



As metas de resultado estão elaboradas de acordo com a necessidade de equilíbrio entre a receita e a despesa, visando a priori o pagamento de amortizações e juros sobre o endividamento, bem como, maior controle gerencial das despesas e dos custos operacionais de todos os Órgãos Municipais.

No ANEXO I - Anexo de Metas e Prioridades destaca-se que para o exercício de 2021 as ações destinadas a subvenções sociais, auxílios e contribuições serão dispostas de acordo com a sua vinculação programática, não sendo mais expressa de forma individual por entidades beneficiadas, mas sim por ação específica que contemplará a quantidade total (meta) de convênios a serem firmados dentro de cada Programa. Neste sentido as emendas destinadas a esta finalidade deverão somente indicar o aumento quantitativo da meta estabelecida.

A LDO 2021 está integrada a um processo que começa com o Plano Plurianual (PPA 2018 - 2021) e segue com a Lei Orçamentária Anual (LOA 2021), de acordo com os requisitos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse contexto, a atual estrutura da LDO permite a sua utilização como um instrumento de gestão das finanças públicas, sendo um veículo de informação sobre a origem de receitas e destinação de recursos públicos, a serem avaliados pelo Legislativo e pela sociedade em geral.

Atenciosamente,

Oeiras do Pará -Pa, 30 de abril de 2020.


DINALDO DOS SANTOS AIRES

Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
VER. JOSÉ PAULO MIRANDA GONÇALVES
DD. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
OEIRAS DO PARÁ



PROJETO DE LEI MUNICIPAL N.º 005/2020

Diretrizes Orçamentárias

Exercício Financeiro 2021



Projeto de Lei N.º 005 de 30 de abril 2020

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO
FINANCEIRO DE 2021 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

DINALDO DOS SANTOS AIRES, Prefeito Municipal de Oeiras do Pará:

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ aprova e eu sanciono a seguinte Lei

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no Artigo 165 § 2º da Constituição Federal e em atendimento às disposições da Lei Complementar nº. 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município de OEIRAS DO PARÁ para o exercício financeiro de 2021, compreendendo:

- I. As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2021;
- II. Orientação básica para elaboração da lei orçamentária anual;
- III. As diretrizes gerais para a elaboração e execução do Orçamento Anual do Município de OEIRAS DO PARÁ;
- IV. Incluindo os limites para Créditos Adicionais;
- V. As disposições relativas às despesas do município com pessoal e modernização da legislação de recursos humanos;
- VI. Equilíbrio entre receita e despesa;
- VII. As disposições sobre alterações na Legislação Tributária do Município de OEIRAS DO PARÁ;
- VIII. As disposições fiscais desta Lei;
- IX. Critério e forma de limitação de empenho;
- X. Condições e exigências para transferência de recursos a entidades públicas e privadas;
- XI. Autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
- XII. Condição e exigências para transferência de recursos a entidades públicas e privadas;



XIII. Os anexos de metas fiscais e de riscos fiscais de conformidade com a Lei Complementar nº 101 e com a Portaria 286/2019 de 07 de maio de 2019, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), aprovou a 10ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais-MDF.

CAPITULO I

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º O Poder Público municipal terá como prioridades à redução das desigualdades sociais e a elevação da qualidade de vida, balizada no desenvolvimento sustentável e na gestão fiscal responsável dos recursos públicos do município.

§ 1º As Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal, de que trata o caput deste artigo, serão definidas no Plano Plurianual (PPA) 2018/2021.

§ 2º A definição e a execução da programação de trabalho deverão observar, além das metas e prioridades da Administração pública municipal estabelecida no caput deste artigo, as seguintes diretrizes:

- I. Equilíbrio entre receitas e despesas;
- II. Interação e convergência das políticas municipais destinadas à promoção de emprego e renda, à promoção e proteção social e de gestão pública;
- III. Fortalecimento da cooperação entre governo e sociedade;
- IV. Formação de parcerias com o governo estadual e federal através da celebração de convênios, prioritariamente nas áreas de educação, saúde, meio ambiente e ações de geração de emprego e renda;
- V. Articulação e parcerias com instituições privadas e organizações não governamentais (ONGs) e organismos internacionais;
- VI. Garantir a responsabilidade fiscal, ampliando a eficiência tributária e o controle sobre os gastos públicos;
- VII. Cumprimento das metas fiscais relativas ao resultado primário e nominal do Anexo II, parte integrante desta Lei;
- VIII. Promover a melhoria da eficiência e aumentar transparência nos atos de gestão do município;
- IX. Valorização e respeito ao servidor público municipal, mediante implementação de programas de qualificação, aperfeiçoamento e melhoria salarial;
- X. Promover concurso público para investidura nos quadros de servidores públicos municipais;
- XI. Proteção Social de Crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade;
- XII. Melhoria na qualidade do ensino público e valorização dos profissionais da educação;
- XIII. Promoção do desenvolvimento social, combater a fome e a miséria, promovendo a assistência e a segurança alimentar e nutricional com a valorização da cultura alimentar paraense;



- XIV. Promoção ao acesso universal e de qualidade aos serviços de saúde pública, garantindo os investimentos necessários aos serviços de atenção básica de saúde, bem como os atendimentos de média e alta complexidade;
- XV. Redução do déficit habitacional e promover a regularização das propriedades urbanas e rurais do município;
- XVI. Melhorar o acesso da população ao saneamento básico (água potável, esgotamento sanitário e destinação do lixo);
- XVII. Valorização do esporte e lazer como meio de melhorias de qualidade de vida da população paraense;
- XVIII. Ampliar o acesso à inclusão digital como ferramenta de cidadania e inclusão social;
- XIX. Combater às desigualdades sociais, a violência e promover a garantia dos direitos humanos com atendimento especial aos grupos vulneráveis aos riscos de discriminação e marginalização social;
- XX. Combater o trabalho infantil, a exploração sexual infanto-juvenil e o trabalho escravo no meio rural e nos centros urbanos;
- XXI. Proporcionar a inclusão social das pessoas portadoras de necessidades especiais, garantindo o acesso aos serviços públicos essenciais;
- XXII. Implantar programas e ações educacionais e de saúde, visando minimizar e coibir situações de gravidez na adolescência, bem como, implementar atividades que concorram para permanência nas escolas;
- XXIII. Fortalecer o Sistema de Controle Interno;
- XXIV. Fortalecer a população e a produção familiar rural,
- XXV. Melhorar as condições de tráfegos nas estradas vicinais e vias públicas do município;
- XXVI. Apoiar estrutural e financeiramente as manifestações culturais, religiosas e sociais no município.

§ 3º Na destinação de recursos financeiros relativos a programas e ações sociais, será conferida prioridade às áreas de saúde e educação, conforme determina o inciso II, do § 2º, do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal.

CAPITULO II

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º A Lei Orçamentária Anual garantirá o equilíbrio entre receita e despesa e compreenderá o Orçamento Fiscal e o Orçamento da Seguridade Social:

I. O Orçamento Fiscal refere-se aos Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta;

II. O Orçamento da Seguridade Social: abrange os fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta Indireta, e compreenderão as



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
GABINETE DO PREFEITO

000012
Oeiras
do Pará
Comunidade em uma cidade

dotações destinadas a atender às ações vinculadas à Saúde, Assistência Social e Previdência;

Art. 4º As categorias de programação de que trata esta Lei, serão identificadas, por órgão, unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais de acordo com as codificações da Portaria SOF n.º 42/1999, da Portaria interministerial STN/SOF n.º 163/2001, Portaria Conjunta STN/SOF n.º 03/2008 e da Lei do Plano Plurianual relativo ao período de 2018-2021.

§ 1º para efeito desta Lei, entende-se por:

- I. Programa: instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos para a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, sendo mensurado pelo por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
- II. Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de realizações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo municipal;
- III. Atividade: instrumento de programação envolvendo um conjunto de operações, que se realizam de modo contínuo e permanente para alcançar os objetivos de um projeto e/ou programa, necessários à manutenção da ação de governo;
- IV. Operação especial: despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
- V. Órgão Orçamentário: maior nível de classificação institucional, cuja finalidade é agrupar unidades orçamentárias;
- VI. Unidade Orçamentária: menor nível de classificação institucional;
- VII. Concedente: órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;
- VIII. Conveniente: São as entidades da Administração Pública Municipal e as entidades privadas, as quais recebem transferências financeiras, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

§ 2º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a denominação de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização das ações.

§ 3º Os programas poderão ser desdobrados em subtítulos exclusivamente para especificar a localização física ou execução parcial das respectivas ações e metas, não podendo haver alteração da finalidade e da denominação dos mesmos.

Art. 5º O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por órgão, unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, o identificador do uso e os grupos de despesa conforme a seguir discriminado:

- I. Grupo 1 - Pessoal e encargos sociais;
- II. Grupo 2 - Juros e encargos da dívida;



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
GABINETE DO PREFEITO



- III. Grupo 3 - Outras despesas correntes;
- IV. Grupo 4 - Investimentos;
- V. Grupo 5 - Inversões financeiras;
- VI. Grupo 6 - Amortização da dívida;

§ 2º O Poder Executivo poderá incluir na classificação orçamentária da despesa o indicador de uso para evidenciar os recursos orçamentários componentes de contrapartida a convênios e outros instrumentos congêneres, além das especificações constantes do caput deste artigo.

§ 3º Na lei orçamentária a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, nos moldes do artigo 6º da Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio de 2001.

§ 4º Na modalidade de aplicação, será observada no mínimo, o seguinte detalhamento:

- I – Transferências à União – 20;
- II – Transferências a Estados e ao Distrito Federal – 30 ;
- III – Transferências a Municípios – 40;
- IV – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos – 50;
- V – Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos – 60;
- VI – Execução de Contrato de Parceria Público-Privada – PPP – 67;
- VII – Transferências a Instituições Multigovernamentais – 70;
- VIII – Transferências a Consórcios Públicos – 71;
- IX – Execução orçamentárias delegadas a Consórcios Públicos – 72;
- X – Transferências ao Exterior – 80;
- XI – Aplicações Diretas – 90;
- XII – Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento fiscal e da Seguridade sociais – 91;
- XIII – Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento fiscal e da Seguridade sociais de consórcio na quais o ente participe - 92.
- XIV – Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento fiscal e da Seguridade sociais em consórcio nos quais o ente não participe - 93.

XV – A Definir, no caso da Reserva de Contingência – 99.

Art. 6º São fontes de recursos do Orçamento Fiscal:

- I. Receitas de Imposto, Taxa e Contribuição de Melhoria;
- II. Receitas de Contribuições;
- III. Receita Patrimonial;
- IV. Receita Agropecuária;



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
GABINETE DO PREFEITO

000014
Oeiras
do Pará

- V. Receita Industrial;
- VI. Receitas de Serviços;
- VII. Transferências Correntes;
- VIII. Outras Receitas Correntes;
- IX. Operações de Crédito;
- X. Alienação de Bens;
- XI. Amortização de Empréstimos;
- XII. Transferências de Capital;
- XIII. Outras receitas de Capital;

Art. 7º São fontes do Orçamento da Seguridade Social, os recursos provenientes de:

I. Contribuições sociais dos servidores públicos e as obrigações patronais da administração pública e outras que vierem a ser criadas por lei;

II. Receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que atuam nas áreas de saúde, previdência e assistência social;

III. Transferências efetuadas por meio do Sistema Único de Saúde – SUS;

IV. Transferências do Orçamento Fiscal, por meio da receita resultante de impostos, conforme alterações estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 29 de 13 de dezembro de 2000, nos artigos nº 34 e o inciso III do artigo 35 e inciso IV do artigo 167 e ainda de conformidade com o disposto no artigo 198 da Constituição Federal de 1988;

V. Outras fontes vinculadas à seguridade social;

Art. 8º Lei Orçamentária Anual discriminará em categorias de programação específicas, e as dotações destinadas:

I. Às ações descentralizadas de saúde, educação e assistência social;

II. Ao atendimento de ações de alimentação escolar;

III. Ao pagamento de precatórios judiciais;

IV. Ao pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado considerado de pequeno valor;

V. Às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial;

VI. Ao atendimento das operações relativas à dívida do município, se couber;

VII. De despesas de natureza complementar a servidores públicos municipais, como auxílio alimentação, auxílio doença, assistência médica e odontológica;

Parágrafo Único. A inclusão de recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais para atender as despesas de que trata o inciso VII deste artigo, fica condicionada à informação do número de beneficiados em cada tipo de benefício.

Art. 9º O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2021 será encaminhado ao Poder Legislativo até 30 de setembro de 2020, devendo ser devolvido para sanção do Prefeito Municipal até a última sessão ordinária de 2020.

§ 1º O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
GABINETE DO PREFEITO

000015
Oeiras
do Pará
Constituído em 1964

Legislativo Municipal observará, além das disposições constitucionais e legais, o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº. 101 de 2000, constituindo-se de:

I. Mensagem;

II. O texto da Lei;

III. Quadro orçamentário consolidado;

IV. Anexos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei, evidenciando a estrutura de financiamento e o programa de trabalho por unidade orçamentária;

V. Anexo do orçamento de investimento a que se refere o artigo 165 § 5º inciso II da Constituição Federal;

§ 2º Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III deste artigo, incluindo os complementares referenciados no artigo 22, inciso III, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, são os seguintes:

I. Evolução da receita do Tesouro Municipal, segundo as categorias econômicas;

II. Evolução da despesa do Tesouro Municipal, segundo as categorias econômicas e elementos de despesa;

III. Resumo das receitas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

IV. Resumo das despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e elemento de despesa;

V. Receita e despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo I da Lei nº 4.320, de 1964, e suas alterações;

VI. Receita do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do Anexo III da Lei nº 4.320, de 1964, e suas alterações;

VII. Despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo Poder e órgão, por elemento de despesa e fonte de recurso;

VIII. Despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo a Função, Subfunção, Programa, Ação ou Projeto, Atividades e elemento de despesa;

IX. Recursos do Tesouro Municipal, diretamente arrecadados, no orçamento fiscal e da seguridade social;

X. Resumo das fontes de financiamentos por categoria econômica e grupos de despesa.

§ 3º Para efeito de Controle de Custos dos Programas, a serem financiados com recursos do orçamento, deverão ser elaborados Projetos Executivos detalhando a estrutura de custos em cronograma de execução físico - financeira e cronograma de desembolso.

§ 4º Os cronogramas de que trata o parágrafo anterior constituem os instrumentos de avaliação e controle da execução física e financeira, dos programas previstos na Lei do Plano



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
GABINETE DO PREFEITO

000016
Oeiras
do Pará

Plurianual – PPA.

Art. 10. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I. Análise da situação socioeconômica do município e financeira da administração pública municipal, com indicação das perspectivas para 2020 e suas implicações sobre a proposta orçamentária;

II. Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa;

III. Demonstrativo da receita, segundo a origem dos recursos do orçamento fiscal e da seguridade social;

IV. Demonstrativo da aplicação de recursos na saúde e na educação, conforme determinam o inciso II, do § 2º, do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal;

§ 1º O Poder Executivo disponibilizará até trinta dias após o encaminhamento do projeto de lei orçamentária, podendo ser por meios eletrônicos, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:

I. Os recursos destinados a universalizar o ensino fundamental, de forma a caracterizar o cumprimento do disposto no art. 60 do ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 53 de 2006, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

II. A evolução da receita nos três últimos anos, a execução provável para 2020 e a estimada para 2021;

III. o demonstrativo da receita nos termos da art. 12 da Lei Complementar 101 de 2000, destacando-se os principais itens de:

- a) Impostos;
- b) Contribuições sociais;
- c) Taxas; e
- d) Concessões e permissões.

IV. A relação das ações que constituem despesas obrigatórias de caráter continuado, de que trata o art. 17, da Lei Complementar 101, de 2000;

§ 2º Os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços da proposta orçamentária, explicitada a metodologia utilizada para sua atualização.

§ 3º O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal os projetos de lei orçamentária e dos créditos adicionais, sempre que possível, em meio eletrônico com sua despesa por setor e discriminada, no caso do projeto de lei orçamentária, por elementos de despesa;

Art. 11. Para efeito do disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, até 31 de Agosto de 2020, suas respectivas propostas orçamentária, observado os parâmetros e diretrizes estabelecidas nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 12. Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.



Art. 13. Fica o Poder executivo autorizado a proceder a criação e alteração da modalidade de aplicação, nos procedimentos orçamentários, técnicos e contábeis em atendimento à legislação vigente.

CAPITULO III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 14. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2021 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando o princípio da publicidade, permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo Único A elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2021 deverá observar os parâmetros adotados no Plano Plurianual (PPA).

Art. 15. No projeto de Lei Orçamentária Anual, as receitas e despesas serão orçadas segundos os preços vigentes no mês de agosto de 2021.

§ 1º Os valores expressos na forma deste artigo poderão ser corrigidos na Lei Orçamentária de 2021 segundo a variação de preços, observada no período compreendido entre os meses de agosto a dezembro de 2020.

§ 2º A aplicação da correção prevista no § 1º deste artigo será efetuada através de ato do Chefe do Poder Executivo, explicitando o índice oficial adotado.

Art. 16. O Projeto de Lei Orçamentária Anual, poderá incluir dispositivo autorizando o Poder Executivo a atualizar periodicamente, durante a execução orçamentária, os saldos das dotações orçamentárias, mediante a utilização de índice relativo a preços.

§ 1º O Poder Executivo poderá valer-se da utilização de créditos adicionais, nos termos das Constituições Federal e Estadual, da Lei Orgânica do Município e da Lei nº 4.320/64, destinados a reforçar verbas já previstas no orçamento anual, porém insuficientes para satisfazer as reais necessidades de consumo, obra ou serviços públicos, para atender as despesas não contempladas no orçamento anual e para atender as despesas imprevisíveis ou urgentes, até o valor correspondente à soma dos orçamentos fiscal e da seguridade social, respeitado sempre o teto previsto no anexo de fontes de financiamento do Plano Plurianual - PPA: 2018/2021.

§ 2º O Poder Executivo poderá formalizar, por meio de Portaria, as seguintes alterações na Lei Orçamentária para 2021.

I. Na modalidade de aplicação;

II. Na modalidade de aplicação, elemento de despesa, e Fonte de Recurso quando atrelado um ao outro.

§ 3º O Poder executivo poderá, no decorrer do exercício de 2021, mediante Decreto, fazer alterações na estrutura administrativa e organizacional do município, podendo criar e/ou extinguir secretarias, autarquias, Fundo Especial e demais órgãos, bem como alterar a sua estrutura interna, promovendo a desconcentração e/ou



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
GABINETE DO PREFEITO

000013
Oeiras
do Pará
Constituído em 1964

descentralização.

Art. 17. O projeto de lei orçamentária anual autorizará o Poder Executivo, nos termos da Constituição Federal e da Lei 4.320/64 a:

I - Suplementar as dotações orçamentárias de atividades, projetos, programas e atividades especiais, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da receita prevista para o exercício de 2021, adotando como fonte de recursos os definidos no parágrafo 1º do Art. 43 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964;

Art. 18. Havendo alteração, por ato da esfera federal, nos códigos da classificação da receita e da despesa, fica o Poder Executivo autorizado a compatibilizar os códigos dos Orçamentos vigentes.

Parágrafo Único. A compatibilização da codificação prevista neste artigo será efetuada através de ato do Poder Executivo.

Art. 19. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 20. Na programação da despesa não poderá ser:

I. Fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II. Incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária;

III. Incluídas despesas a título de investimentos – Regime de Execução Especial, ressalvadas os casos de calamidade pública formalmente reconhecida, na forma do art. 167, § 3º da Constituição Federal.

Art. 21. Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, observados o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000, somente incluirão projetos ou subtítulos de projetos novos se:

I. Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento;

II. Os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou obtenção de uma unidade completa.

Parágrafo Único: Para fins de aplicação do disposto neste artigo, não serão considerados projetos com títulos genéricos que tenham constado de leis orçamentárias anteriores e serão entendidos como projetos ou subtítulos de projetos em andamento aqueles cuja execução financeira até 30 de junho de 2020, ultrapassar vinte por cento (20%) do seu custo total.

Art. 22. Fica o Poder Executivo autorizado através de decreto:

I – transpor, remanejar, transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI do Art. 167 da Constituição Federal.

Parágrafo Único Na transposição, remanejamento ou transferência que trata o item I do artigo 22 poderá haver ajuste na Categoria de programação, inclusive com a inclusão de



elementos de despesas e fonte de recurso.

Art. 23. Os recursos para compor a contrapartida de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações, não poderão ter destinação diversa das referidas finalidades, exceto se comprovado documentalmente erro na alocação desses recursos.

Parágrafo Único: Excetua-se do disposto neste artigo a destinação, mediante a abertura de crédito adicional, com prévia autorização legislativa, de recursos de contrapartida para a cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, sempre que for evidenciada a impossibilidade de sua aplicação original.

CAPITULO IV

DAS TRANSFERÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 24. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de contribuições, auxílios e subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que atendam diretamente ao público, de forma gratuita, nas áreas de Assistência Social, Cultura, Educação e Saúde.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, as entidades privadas sem fins lucrativos deverão obedecer ao disposto na legislação vigente na época.

§ 2º É vedada, ainda a inclusão de dotação global a título de subvenções sociais ou auxílio, destinados culto religiosos, nos termos do artigo 19 da Constituição Federal.

§ 3º As transferências de recursos às entidades do 3º Setor (organização da sociedade Civil), serão efetuados obedecendo o disposto na Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações, que disciplina os repasses de recursos entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, em regime de mútua cooperação, para execução de finalidades de interesse público.

Art. 25. As parcerias firmadas entre a Administração Pública e as entidades privadas sem fins que demande transferências de recurso, utilizarão os instrumentos: Termo de Colaboração para as parcerias proposta pela Administração Pública e o Termo de Fomento quando proposta pela entidade privada. Para as parcerias que não envolva transferências de recursos o instrumento utilizado e Acordo de Cooperação, devendo ser observada as condições impostas pela Lei Federal 13.019 e sua alteração posterior.

Parágrafo Único: Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na lei orçamentária e sua execução, dependerão ainda, de:

I. Autorização por lei específica, conforme determina o artigo 26 da Lei 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;

II. Publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

III. Destinação dos recursos exclusivamente para ampliação, aquisição de



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
GABINETE DO PREFEITO

000020
Oeiras
do Pará
Constituída em 1964

equipamentos e sua instalação e de material permanente;

IV. Identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

Art. 26. Para fins do disposto nos artigos 24 e 25, entende-se por:

I. Contribuições: dotações destinadas a atender despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens e serviços e não sejam reembolsadas pelo beneficiado, bem como as destinadas a atender outras entidades de direito público ou privado, observadas, respectivamente, o disposto nos artigos 25 e 26 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;

II. Subvenções sociais: dotações destinadas a atender despesas de instituições privadas sem fins lucrativos, de caráter educacional, cultural ou assistencial, inclusive as de assistência à saúde e à segurança alimentar;

III. Auxílios: dotações destinadas a atender despesas de investimentos e inversões financeiras de outras esferas de governo ou de entidades privadas sem fins lucrativos;

Art. 27. A Administração Pública Municipal fica autorizada a destinar recursos para diretamente ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas, comprovadamente carentes, por meio de outros auxílios financeiros a pessoas ou material de distribuição gratuita, conforme legislação vigente na época do repasse.

Parágrafo Único Para fins do disposto neste artigo entende-se por:

I. auxílio financeiro a pessoas físicas: dotações destinadas a atender despesas de concessão de auxílio financeiro diretamente a pessoa física, sob diferentes modalidades, como ajuda ou apoio financeiro e subsídio ou complementação na aquisição de bens;

II. material de distribuição gratuita: dotações destinadas a atender despesas com aquisição de materiais de distribuição gratuita, tais como material didático, inclusive livros, gêneros alimentícios, materiais de construção e outros materiais ou bens que possam ser distribuídos gratuitamente, exceto os destinados a premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras.

CAPITULO V

DOS CREDITOS SUPLEMENTARES E ESPECIAIS

Art. 28. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades e dos projetos.

§ 2º Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na lei



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
GABINETE DO PREFEITO

000021
Oeiras
do Pará

orçamentária serão submetidos pelo dirigente do órgão ao Prefeito Municipal, acompanhado de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos e respectivos subtítulos atingidos e das correspondentes metas.

§ 3º Até Trinta dias (30) após a assinatura dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal cópia dos respectivos decretos e respectivas exposições de motivos.

§ 4º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 5º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados à Câmara Municipal por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 6º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os § 1º e § 2º deste artigo, conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 7º desta Lei.

Art. 29. As receitas próprias da administração pública indireta, bem como das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder público e demais órgãos que recebam recursos financeiros à conta do orçamento do Município, serão programadas para atender à seguinte ordem de prioridades:

- a) Pessoal;
- b) Encargos sociais;
- c) Juros;
- d) Encargos e amortização da dívida;
- e) Contrapartida de financiamento;
- f) Investimentos prioritários e outros de sua manutenção;

Art. 30. A proposta orçamentária do Poder Legislativo deverá obedecer ao limite imposto pelo art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 31. As emendas ao projeto de Lei Orçamentária que o modifiquem, somente poderão ser aprovadas nos casos previstos pela Lei Orgânica Municipal e apresente adequação com o Plano Plurianual - PPA 2018/2021.

Art. 32. É vedado emendas ao projeto de lei orçamentária, que visem a:

I - alterar a dotação solicitada para despesas de custeio, salvo quando provada, nesse ponto a inexatidão da proposta;

II - Que não estejam compatíveis com o PPA;

III - Conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competente;

IV - Conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviços que não esteja anteriormente criado;



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
GABINETE DO PREFEITO

000022
Oeiras
do Pará

V - Conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resoluções do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.

Art. 33. As despesas do município com a manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, não poderão ser inferior a vinte e cinco por cento (25%) da receita com impostos, compreendida a proveniente de transferências resultantes de impostos, conforme determina o art. 212 da Constituição Federal.

Art. 34. Deverá constar nos orçamentos fiscais e da seguridade social, dotação global sob a denominação de “Reserva de Contingência”, que será utilizada conforme estabelecido na alínea b. do inciso III, art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei nº 101/2000.

§ 1º A Reserva de Contingência participará em até três por cento (3%) do total da receita corrente líquida e será utilizada como fonte compensatória para abertura de créditos adicionais e conforme o estabelecido na alínea b, do inciso III, do artigo 5º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

§ 2º Durante a execução orçamentária, na medida em que a situação posta no Anexo de Riscos Fica deixem a condição de risco ao equilíbrio das contas públicas, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar o valor da Reserva de Contingência para investimentos.

Art. 35. Verificada, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, previstas no Anexo de metas fiscais, os Poderes Executivo e Legislativo promoverão, por ato próprio, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, observando:

- I. A proporcionalidade de participação de cada um na receita orçamentária líquida;
- II. O comportamento dos recursos legalmente vinculados a finalidade específica;
- III. O comportamento dos limites dos gastos com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida e vinculação à educação e à saúde;
- IV. As contrapartidas municipais a convênios firmados, e;
- V. A garantia do cumprimento das despesas:
 - a) Com manutenção da máquina administrativa municipal;
 - b) Correntes obrigatórias de caráter continuado; e
 - c) Decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado.

Art. 36. A criação, a expansão ou o aperfeiçoamento da ação governamental do município que acarrete aumento de despesas fica condicionado:

- I. À apresentação de declaração do ordenador de despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei orçamentária anual e compatibiliza-se com o Plano Plurianual 2018/2021 e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021;
- II. à indicação da origem dos recursos para seu custeio e da estimativa prevista no Art. 16 inciso I da Lei Complementar nº 101/2000;
- III. a não afetação das metas fiscais, conforme estabelece o § 2º do Art. 17 da



Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 37. Para assegurar a aferição dos valores, constitucionalmente, destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino e às ações e serviços de saúde, o Poder Legislativo comunicará, no mês de competência, os valores referentes ao Imposto de Renda retido na fonte.

Art. 38. Observados os limites globais de empenho e a suficiência de disponibilidade de caixa serão inscritos em Restos a Pagar:

I - Despesas legalmente empenhadas e liquidadas; e;

II - Despesas empenhadas e não liquidadas que correspondam a compromissos efetivamente assumidos em virtude de:

a) Normas legais e contratos administrativos; e.

b) Convênio, ajuste, acordo ou congênere, com outro ente da federação, já assinado, publicado e em andamento.

Parágrafo Único: Considera-se em andamento o convênio, ajuste, acordo ou congênere cujo objeto esteja sendo alcançado no todo ou em parte.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 39. No exercício de 2021, as despesas com pessoal ativo, inativos e pensionistas do município, observarão o limite estabelecido no inciso III, do artigo 19, no inciso III, do artigo 20 e no parágrafo único, do artigo 22, da Lei Complementar nº. 101/200 de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º O Poder Legislativo observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante ato próprio do Presidente da Câmara.

§ 2º A repartição do limite global não excederá os seguintes percentuais:

I. Poder

II. Executivo – 54%

III. Poder Legislativo – 6%

§ 3º No exercício de 2021, em observação ao disposto nos artigos 37 e 169 da Constituição Federal, somente poderão ser contratados servidores públicos se for:

I. Mediante concursos público;

II. Observado o limite previsto no caput deste artigo;

§ 4º Excetua-se do disposto no parágrafo anterior, as nomeações para cargos em comissão, que serão de livre nomeação e exoneração, bem como a contratação por tempo determinado, de pessoal técnico especializado, a fim de atender necessidades temporárias da administração.



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
GABINETE DO PREFEITO

000024
Oeiras
do Pará

§ 5º Fica o Poder Executivo autorizado a criar cargos de provimento efetivo ou alterar a estrutura de carreira, bem como admitir pessoal, observando o disposto no caput deste artigo e em seus parágrafos e incisos.

§ 6º Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, § 1º inciso II, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, correção e/ou atualização dos salários dos servidores municipais, desde que obedeçam as exigências impostas nos incisos e parágrafos do art. 40, limites e o montante de gastos com pessoal não ultrapasse os limites estabelecidos no inciso III dos Art. 19 e inciso III, alíneas *a* e *b* do Art. 20 Lei 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

§ 7º A verificação do cumprimento dos limites de gastos com pessoal, de que trata o artigo anterior em respeito ao disposto nos artigos 19 e 20 da Lei 101/2000, será feita no final de cada quadrimestre, conforme determina o art. 22 da referida Lei.

§ 8º Se a despesa total com pessoal ultrapassar o limite estabelecido no art. 19 da Lei Complementar nº. 101/2000 serão adotadas as medidas que trata o parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar 101/2000 e os parágrafos 3º e 4º do artigo 169 da Constituição Federal.

Art. 40. Se durante o exercício de 2021 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 101/2000, o pagamento da realização de serviços extraordinários ou horas extras somente poderá ocorrer quando destinadas ao atendimento de relevantes interesses públicos, que enseje situações emergenciais de riscos ou de prejuízos para a sociedade.

Parágrafo Único: À autorização para realização de serviços extraordinários, para atender as situações previstas no caput deste artigo, no âmbito do Poder executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e do Legislativo do Presidente da Câmara Municipal.

Art. 41. Para efeito de verificação do limite global de que trata o artigo anterior os Poderes Executivo e Legislativo realizarão, conjuntamente, a compatibilização de suas respectivas propostas orçamentárias, visando à consolidação total das despesas do município com pessoal.

Art. 42. O total da despesa com a remuneração dos Vereadores, não poderá ultrapassar a cinco por cento (5%) da receita total do município, conforme determina o inciso VII do artigo 29 da Constituição Federal.

CAPITULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 43. O Poder Executivo poderá encaminhar a Câmara Municipal, até dois meses antes do encerramento do exercício financeiro, projeto de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, objetivando a expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias e melhoramento na administração da Dívida Ativa, dentre as quais:

I – aperfeiçoamento do sistema de informação, tramitação e julgamento dos processos tributários administrativos, visando racionalização, simplificação e agilização.



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
GABINETE DO PREFEITO

000025

Oeiras
do Pará

II - aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando sua maior exatidão;

III - aperfeiçoamento dos processos tributários administrativos por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação dos serviços;

IV - aplicação das penalidades fiscais como instrumentos inibitórios da prática de infração da legislação tributária.

Art. 44. A estimativa da receita que trata o artigo 45, levará em consideração adicionalmente o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

I - atualização da planta genérica de valores do município;

II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição com os limites da zona urbana municipal;

IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;

V - revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direito Reais sobre Imóveis - ITBI;

VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição;

VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do Poder de Polícia;

VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;

IX - Eliminação de isenções de tributos concedidas pelo município, a beneficiários cujas situações atuais não justifiquem tais concessões;

X - a instituição de novos tributos ou modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.

Parágrafo Único. A proposta de alteração da política tributária referido no caput deste artigo será acompanhada de exposição de motivos que detalhe as alterações pretendidas, especificando:

I - As alterações pretendidas e as classes ou categorias de beneficiários;

II - A metodologia para sua realização;

III - O impacto consequente sobre a receita do município;

IV - A programação especial da despesa condicionada ao incremento da receita



resultante das alterações.

Art. 45. A concessão ou ampliação de incentivos, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, deverá estar acompanhada de estimativa do impacto nas finanças públicas municipais, assim como das medidas de compensação previstas na Lei Complementar 101/2000.

§ 1º Caso as disposições do caput deste artigo tragam impacto orçamentário-financeiro no mesmo exercício da concessão, só podem ser implementadas após a anulação de despesa em igual valor.

Art. 46. Terão prioridade para o acesso aos benefícios indicados no artigo 45, projetos que apresentem capacidade de incrementar liquidamente a renda social do município ou introduzam inovações tecnológica.

CAPITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 47. O projeto de lei orçamentária será devolvido pelo Poder Legislativo para sanção do Poder executivo até o encerramento da sessão legislativa.

§ 1º No caso do projeto de lei orçamentária anual não ter sido sancionado, promulgado e publicado até o dia 31 de dezembro de 2020, por não ter sido aprovado pela Câmara Municipal até o final da sessão legislativa, fica autorizada a execução da proposta orçamentária, originalmente encaminhada a Câmara Municipal, observando-se os seguintes limites:

I. No limite para cobertura de despesas de pessoal e encargos sociais, pagamento de benefícios da previdência social, serviços da dívida, débitos precatórios, obras em andamento, contratos de serviços e contrapartida municipais;

II. Umdoze avos (1/12) dos demais grupos de despesas e;

III. Até o limite de sua efetiva arrecadação as despesas financiadas com receitas vinculadas e de operações oficiais de crédito.

§ 2º O procedimento previsto neste parágrafo poderá ser utilizado até o mês da publicação dos quadros orçamentários consolidados a que se refere o art. 10º, inciso III desta lei.

§ 3º Saldos negativos, eventualmente apurados, em virtude dos procedimentos previstos no § 1º deste artigo, serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária, através da abertura de créditos adicionais, com base em remanejamentos de dotações.

Art. 48. Na hipótese de insuficiência de receita para atender as dotações afixadas na lei orçamentária anual e suas alterações, fica o Poder Executivo autorizado a compatibilizar a despesa com a receita, mediante ajustes que preservem a mesma proporção aprovada para cada Poder.

Art. 49. A abertura de créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 42 e 44 da Lei 4.320/64, será efetivada por decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 50. No caso da ocorrência de despesas resultantes da criação, expansão ou



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
GABINETE DO PREFEITO

000027
0
PREFEITURA DE
Oeiras
do Pará

aperfeiçoamento de ações governamentais que demandem alterações orçamentárias, aplicam-se as disposições do artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Parágrafo Único. Para fins do disposto no § 3º do artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, são consideradas como irrelevantes as despesas de valor de até R\$ 17.600,00 (dezessete mil, seiscentos reais), no caso de aquisição de bens e serviços, e de até R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.

Art. 51. A lei orçamentária anual conterá autorização para abertura de créditos suplementares, conforme disposto no inciso I, art. 7º da Lei 4.320 de março de 1964.

Art. 52. A proposição de dispositivo legal para a criação de órgãos, fundos, programas especiais ou similares, vinculando receita ou originando nova despesa, deverá, obrigatoriamente, atender o disposto nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar 101 de 2000.

Art. 53. Todas as receitas realizadas pelos órgãos municipais, fundos e entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no caixa único da Prefeitura no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 54. Serão vedados quaisquer procedimentos de dirigentes de órgãos municipais ordenadores de despesa que impliquem realização de despesa sem a comprovada suficiência da disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único: A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorrido, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo.

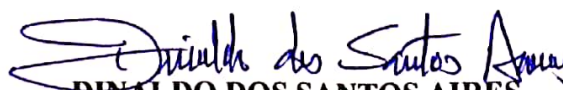
Art. 55. Caso seja necessário à limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas, o Poder Executivo comunicará ao Poder legislativo e aos demais órgãos municipais o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 56. Para fins de acompanhamento e controle, os órgãos da administração pública municipal, direta e indireta, submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Assessoria Jurídica do Município, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.

Art. 57. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas dos Municípios, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 58. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Oeiras do Pará, 30 de abril de 2020.


DINALDO DOS SANTOS AIRES

Prefeito Municipal



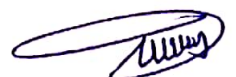
ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
GABINETE DO PREFEITO



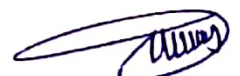
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "Almeida", located in the bottom right corner of the page.

Descrição:	Implatação de Viveiros e Mudas.	Quantidade 2021:	100
Unidade de medida:	%		
Ação.....:	0057 - Manutenção do Departamento de Pesca e Aquicultura		
Descrição:	Manutenção do Departamento de Pesca e Aquicultura	Quantidade 2021:	100
Unidade de medida:	%		
Ação.....:	0058 - Manutenção da Feira do Produtor		
Descrição:	Manutenção da Feira do Produtor	Quantidade 2021:	100
Unidade de medida:	%		
Ação.....:	0059 - Manutenção do Pólo Aquícola		
Descrição:	Manutenção do Pólo Aquícola	Quantidade 2021:	100
Unidade de medida:	%		
Ação.....:	0060 - Incentivo à Criação de Bovinos, Suínos, Peixes e Aves de Corte		
Descrição:	Incentivo à Criação de Bovinos, Suínos, Peixes e Aves de Corte	Quantidade 2021:	100
Unidade de medida:	%		
Ação.....:	0061 - Apoio ao Pequeno Produtor Rural		
Descrição:	Apoio ao Pequeno Produtor Rural	Quantidade 2021:	100
Unidade de medida:	%		
Subfunção: 606 - Extensão Rural			
Programa: 0007 - Melhorar o nível de renda da população economicamente ativa Implementar ações no sentido de planejar e promover as atividades dos pequenos produtores de base familiar, bem como, as outras atividades econômicas desenvolvidas no Município.			
Ação.....:	0062 - Fomento da Agroindustria		
Descrição:	Fomento a Agroindustria,	Quantidade 2021:	100
Unidade de medida:	%		
Subfunção: 608 - Promoção da Produção Agropecuária			
Programa: 0007 - Melhorar o nível de renda da população economicamente ativa			



Descrição:	D		
Unidade de medida:	%	Quantidade 2021:	100
Subfunção: 128 - Formação de Recursos Humanos			
Programa: 0004 - Modern. Tributaria,Fiscal,Administrativa e Recursos Humanos			
Ação.....: 0007 - Realização de Concurso Público			
Descrição:	Alocar recursos orçamentários para realização de concurso público para diversas vagas na administração municipal.		
Unidade de medida:	Unidade	Quantidade 2021:	1
Ação.....: 0008 - Modernização da Estrutura Administrativa e de Recursos Humanos			
Descrição:	Alocar recursos orçamentários para implantação de nova estrutura administrativa do município e reformulação do Regime Jurídico e Plano de Cargos, Carreira e Remuneração das diversas categorias existentes no município.		
Unidade de medida:	%	Quantidade 2021:	100
Ação.....: 0009 - Capacitação e Qualificação dos servidores(SEMAD)			
Descrição:	Alocação de recursos orçamentários para realização de capacitação e qualificação dos servidores, Treinamento, participação de cursos e palestras		
Unidade de medida:	%	Quantidade 2021:	100
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente			
Função: 18 - Gestão Ambiental			
Subfunção: 122 - Administração Geral			
Programa: 1801 - Gestão Ambiental e Recuperação de Áreas Degradadas Gestão Ambiental e Recuperação de Áreas Degradadas			
Ação.....: 1805 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Meio Ambiente			
Descrição:	Manutenção das Atividades da Secretaria de Meio Ambiente		
Unidade de medida:	%	Quantidade 2021:	100



Função: 28 - Encargos Especiais

Subfunção: 846 - Outros Encargos Especiais

Programa: 0000 - Encargos Especiais

Inventariar despesas em relação as quais não se possam associar a um bem a ser gerado no processo produtivo corrente.

Ação.....: 0004 - Encargos Gerais do Município

Descrição: Encargos Gerais do Município

Unidade de medida: %

Quantidade 2021: 100

Função: 99 - Reserva de Contingência

Subfunção: 999 - Reserva de Contingência

Programa: 9999 - Reserva de Contigência

permitir reserva de recursos orçamentários livres para que a administração possa dispor a qualquer momento para situações imprevistas do ponto de vista do planejamento orçamentário.

Ação.....: 9999 - Reserva de Contigencia

Descrição: Reserva de recurso orçamentario para atendimento de desequilíbrio entre a receita e a despesa pública, de passivo contingente e outros riscos e eventos fiscais imprevisíveis.

Unidade de medida: Valor

Quantidade 2021: 100

Órgão: 12 - Secretar.Municipal de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0003 - Apoio Administrativo

Prover os Órgãos do Poder Executivo da Administração Pública Municipal de meios objetivando o Apoio Administrativo dos seus diversos programas finalísticos por meio de ações voltadas a manutenção e aprimoramento da Administração.

Ação.....: 0801 - Operacionalização das Ações da Secretaria de Promoção Social

Descrição:	Manter as Ações e Atividades da Secretaria de Promoção social		
Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	100	
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente			
Programa: 0014 - Assistência a Comunidade			
Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou deficiências); ela previne situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de laços familiares e comunitários.			
Ação.....: 0024 - Implantação da Casa de Apoio à Criança e ao Adolescente			
Descrição:	Construção de uma casa para apoio as crianças em estado de vulnerabilidade.		
Unidade de medida: Casa	Quantidade 2021:	1	
Ação.....: 0026 - Manutenção da Casa de apoio à Criança e ao Adolescente			
Descrição:	Manter em funcionamento a Casa de Apoio a Criança e Adolescente.		
Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	100	
Ação.....: 0030 - Manutenção do Conselho Tutelar			
Descrição:	Manter as Atividades dos Conselheiros Tutelares em funcionamento,		
Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	100	
Ação.....: 0031 - Construção e Equipação do Predio do CRAS			
Descrição:	Construção e Equipação de um predio para funcionar o CRAS.		
Unidade de medida: Prédio Construído	Quantidade 2021:	1	

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

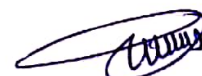
Programa: 0014 - Assistência a Comunidade

Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou deficiências); ela previne situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de laços familiares e comunitários.

Ação.....: 0022 - Implantação do Programa Rede de Oportunidades



Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	100
<hr/> Ação.....: 0039 - Implantação do CRAS Quilombola Descrição: Implantação do CRAS Quilombola.		
Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	25
<hr/> Ação.....: 0041 - Manutenção do Programa de Rede de Oportunidades Descrição: Manutenção do Programa de Rede de Oportunidades, Programa que Qualificação e Capacitação Profissional.		
Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	100
<hr/> Ação.....: 0042 - Manutenção do IGD- Índice de Gestão Descentralizada Descrição: Manutenção do Programa de Gestão do IGD.		
Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	100
<hr/> Ação.....: 0043 - Implantação da Central de Atendimento ao Empreendedor Cidadão - CAEC Descrição: Implantação da Central de Atendimento ao Empreendedor Cidadão - CAEC		
Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	100
<hr/> Ação.....: 0044 - Construção do Predio do CREAS Descrição: Construção do Prédio do CREAS		
Unidade de medida: Prédio Construído	Quantidade 2021:	1
<hr/> Ação.....: 0045 - Manutenção do Programa de Atenção Especializado à Família - CREAS Descrição: Manutenção do Programa de Atenção Especializado à Família - CREAS		
Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	100
<hr/> Ação.....: 0046 - Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social Descrição: Manutenção do Conselho de Assistência Social.		
Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	100
<hr/> Ação.....: 0047 - Manutenção de outros Programas do FNAS Descrição: Manutenção de outros Programas do FNAS		
Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	100



Ação.....: 0048 - Manutenção da Equipe Volante do CRAS
 Descrição: Manutenção da Equipe Volante do CRAS

Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	100
----------------------	------------------	-----

Ação.....: 0049 - Manutenção das Atividades do Benefícios de Prestação Continuadas
 Descrição: Manutenção das Atividades do Benefícios de Prestação Continuadas

Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	100
----------------------	------------------	-----

Ação.....: 0050 - Manutenção do Programa BPC na Escola
 Descrição: Manutenção do Programa BPC na Escola

Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	100
----------------------	------------------	-----

Ação.....: 0051 - Apoio as Entidades Assistências
 Descrição: Apoio as Entidades Assistências

Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	100
----------------------	------------------	-----

Ação.....: 0052 - Manutenção do Fundo Municipal do Direito da Criança e do Adolescente
 Descrição: Manutenção do Fundo Municipal do Direito da Criança e do Adolescente

Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	100
----------------------	------------------	-----

Ação.....: 0053 - Manutenção do Conselho Municipal do Dir. da Criança e do Adolescente-CMDCA
 Descrição: Manutenção do Conselho Municipal do Dir. da Criança e do Adolescente-CMDCA

Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	100
----------------------	------------------	-----

Órgão: 13 - Fundo Municipal de Previdência Social

Função: 09 - Previdência Social

Subfunção: 271 - Previdência Básica

Programa: 0030 - Previdência Social do Servidor Público Municipal
 Prover o Instituto de uma Gestão séria e equilibrada objetivando o equilíbrio financeiro a fim de suprir as aposentadorias e pensões.

Descrição:	Operacionalizar as ações vinculadas a secretaria de saúde do Município.	
Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	100
Programa: 0400 - Fortalecimento dos Controles e Transparencia		
Ação.....: 0079 - Manutenção do Conselho Municipal de Saúde		
Descrição:	Apoiar o funcionamento do Conselho Municipal de saúde, fortalecendo o Controle e aprimorando a transparencia	
Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	100
Subfunção: 128 - Formação de Recursos Humanos		
Programa: 0004 - Modern. Tributaria,Fiscal,Administrativa e Recursos Humanos		
Ação.....: 0029 - Capacitação e Treinamento dos Servidores/Profissionais de Saúde		
Descrição:	Capacitação dos Profissionais vinculados a Secretaria Municipal de Saúde	
Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	100
Subfunção: 301 - Atenção Básica		
Programa: 0012 - Saúde de Qualidade Direito de Todos		
Promover as ações de prevenção e recuperação da saúde, envolvendo ações de Atenção Primária, Média e Alta Complexidade, atendendo a população de Oeiras do Pará segundo os princípios da universalidade, equidade, integralidade, participação social, resolutividade e acessibilidade, buscando o respeito pela vida e pela dignidade que fizer uso dos serviços de saúde pública.		
Ação.....: 0067 - Atenção Primária em Saúde (PAB)		
Descrição:	Manter as ações de atenção primária em saúde no município	
Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	100
Ação.....: 0068 - Manutenção das Ações da Estratégia em Saúde da Família		
Descrição:	Manutenção das Atividades da Estratégia em Saúde da Família	
Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	100
Ação.....: 0069 - Manutenção das Ações da Estratégia Agente Comunitário de Saúde - EACS		
Descrição:	Manutenção das ações da estratégia Agente Comunitário de Saúde	
Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	100



Ação.....: 0070 - Operacionalização das Ações do Programa Saúde Bucal
 Descrição: Operacionalização das Ações do programa Saúde Bucal

Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	100
----------------------	------------------	-----

Ação.....: 0071 - Construção reforma, Ampliação e Aparelhamento de Unidades de Atenção Básica
 Descrição: Construção, Reforma, Ampliação, Adequação e Aparelhamento de Unidades de Atenção Básicas de saúde.

Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2021:	1
----------------------------	------------------	---

Ação.....: 0074 - Manutenção do Programa de Assistência Farmaceutica Básica
 Descrição: Manutenção do Programa de Assistência Farmaceutica Básica

Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	100
----------------------	------------------	-----

Ação.....: 0083 - Manutenção de Outros Programas de Saúde
 Descrição: Manutenção de outros programas de saúde não especificados anteriormente

Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2021:	100
----------------------------	------------------	-----

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0012 - Saúde de Qualidade Direito de Todos
 Promover as ações de prevenção e recuperação da saúde, envolvendo ações de Atenção Primária, Média e Alta Complexidade, atendendo a população de Oeiras do Pará segundo os princípios da universalidade, equidade, integralidade, participação social, resolutividade e acessibilidade, buscando o respeito pela vida e pela dignidade que fizer uso dos serviços de saúde pública.

Ação.....: 0072 - Aquisição de Ambulancias e/ou Ambulanchas
 Descrição: Aquisição de Ambulancias e/ou Ambulanchas para suprir a necessidade dos municipais.

Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2021:	1
----------------------------	------------------	---

Ação.....: 0073 - Manutenção do Programa Tratamento Fora do Domicílio - TFD
 Descrição: Manutenção do Programa de saúde Tratamento Fora do Domicílio, que visa oportunizar o tratamento de pacientes fora do Município.

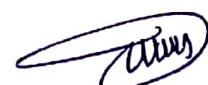
Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	100
----------------------	------------------	-----

Ação.....: 0077 - Manutenção das Ações do Programa de Média e Alta Complexidade

Descrição:	Capacitação dos Profissionais da Educação	Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	100
Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição				
Programa: 1200 - Universalização da Educação Básica no Município				
Ação.....:	1206 - Manutenção do Programa Alimentação Escolar	Descrição:	Manutenção do Programa Alimentação Escolar, contemplando todos os Programas do FNDE.	
	Unidade de medida: %		Quantidade 2021:	100
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
Programa: 0400 - Fortalecimento dos Controles e Transparencia				
Ação.....:	0086 - Manutenção do Conselho Municipal do FUNDEB	Descrição:	Manutenção do Conselho Municipal do FUNDEB	
	Unidade de medida: %		Quantidade 2021:	100
Programa: 1200 - Universalização da Educação Básica no Município				
Ação.....:	1208 - Pagamento dos profissionais de Magisterio Ensino Fundamental 60%	Descrição:	Pagamento dos Profissionais de Magistério Ensino Fundamental	
	Unidade de medida: %		Quantidade 2021:	100
Ação.....:	1215 - Cont.Ref.Apar.de Quadras e Complexos Esportivos nas Escolas da Rede Municipal	Descrição:	Construção, Reforma e Aparelhamento de Quadras e/ou Complexos Esportivos na Rede de Escolas Públicas Municipais.	
	Unidade de medida: Unidade		Quantidade 2021:	1
Ação.....:	1216 - Manutenção da Educação Fudamental FUNDEB 40%	Descrição:	Manutenção da Educação Fudamental Fundeb 40%	
	Unidade de medida: %		Quantidade 2021:	100
Ação.....: 1217 - Manutenção do Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE				



Descrição:	Programa Dinheiro Direto nas Escolas - PDDE		
Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	100	
Subfunção: 362 - Ensino Médio			
Programa: 1200 - Universalização da Educação Básica no Município			
Ação.....: 1212 - Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Médio			
Descrição:	Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Médio		
Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2021:	100	
Subfunção: 365 - Educação Infantil			
Programa: 1200 - Universalização da Educação Básica no Município			
Ação.....: 1209 - Pagamento dos Profissionais do Magisterio Ensino Infantil 60%			
Descrição:	Pagamento dos profissionais do Magisterio Ensino Infantil		
Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	100	
Ação.....: 1213 - Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Creches Padrão FNDE			
Descrição:	Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Creches		
Unidade de medida: -	Quantidade 2021:	1	
Ação.....: 1214 - Manutenção da Educação Infantil-FUNDEB 40%			
Descrição:	Manutenção do Educação Infantil.		
Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	100	
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos			
Programa: 1200 - Universalização da Educação Básica no Município			
Ação.....: 1210 - Pagamento dos profissionais de Magistério e Jovens e Adultos 60%			
Descrição:	Pagamento dos profissionais de Magisterio Ensino de Jovens e Adultos		
Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	100	
Subfunção: 368 - Educação Básica			
Programa: 1200 - Universalização da Educação Básica no Município			



Descrição:	Operacionalização das Atividades da Secretaria de Infraestrutura	
Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	100
Subfunção: 451 - Infra Estrutura Urbana		
Programa: 0006 - Transporte e Vias Públicas e Mobilidade Urbana e Rural		
Desenvolver ações no sentido de melhorar a estrutura viária em relação ao planejamento, construção e manutenção de áreas destinadas à circulação de veículos e pedestres, como também coordenar ações de conservação, ampliação e manutenção das estradas Municipais.		
Ação.....: 0601 - Abertura e Manutenção de Estradas Vicinais		
Descrição:	Abertura e Manutenção de Estradas Vicinais	
Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	40
Ação.....: 0602 - Obras de Infra Estrutura Urbana e Saneamento		
Descrição:	Obras de Infra Estrutura Urbana e Saneamento	
Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	26
Ação.....: 0603 - Construção, Reforma e Manutenção de Pontes e Trapiches		
Descrição:	Construção, Reforma e Manutenção de Pontes e Trapiches	
Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	31
Ação.....: 0606 - Construção, Reforma e Aparelhamento de Praças e Jardins		
Descrição:	Construção, Reforma e Aparelhamento de Praças e Jardins	
Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	1
Ação.....: 0607 - Abertura e Pavimentação de Vias Públicas		
Descrição:	Abertura e Pavimentação de Vias Publicas	
Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	29
Ação.....: 0608 - Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento de Prédios e Logradouros Públicos		
Descrição:	Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento de Prédios e Logradouros Publicos	
Unidade de medida: %	Quantidade 2021:	31
Ação.....: 0609 - Ampliação da Frota Mecanizada do Município		



Descrição:	dotar a Prefeitura de Condições para realizar a Ampliação da Frota Mecanizada		
Unidade de medida:	Kit	Quantidade 2021:	1
Ação.....:	0611 - Implantação, Aparelhamento e Adequação de Sistemas de Abastecimento de Água		
Descrição:	Ação que servirá para Implantar novos sistemas de Abastecimento de Água no Município bem como manter o Sistema que existe.		
Unidade de medida:	%	Quantidade 2021:	27
Ação.....:	0612 - Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água		
Descrição:	Prover a Secretaria de Condições para Manter o Sistema de Abastecimento de Água no Município.		
Unidade de medida:	%	Quantidade 2021:	100
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos			
Programa: 0006 - Transporte e Vias Públicas e Mobilidade Urbana e Rural			
Desenvolver ações no sentido de melhorar a estrutura viária em relação ao planejamento, construção e manutenção de áreas destinadas à circulação de veículos e pedestres, como também coordenar ações de conservação, ampliação e manutenção das estradas Municipais.			
Ação.....:	0604 - Ampliação e Manutenção da Iluminação Pública		
Descrição:	Ampliação e Manutenção da Iluminação Pública		
Unidade de medida:	%	Quantidade 2021:	25
Ação.....:	0610 - Limpeza Pública		
Descrição:	Manutenção da Limpeza Pública		
Unidade de medida:	%	Quantidade 2021:	100
Função: 16 - Habitação			
Subfunção: 482 - Habitação Urbana			
Programa: 0006 - Transporte e Vias Públicas e Mobilidade Urbana e Rural			
Desenvolver ações no sentido de melhorar a estrutura viária em relação ao planejamento, construção e manutenção de áreas destinadas à circulação de veículos e pedestres, como também coordenar ações de conservação, ampliação e manutenção das estradas Municipais.			
Ação.....:	0613 - Fomento e Realização de Construção de Casas Populares		

Descrição: Dotar a ação de condições de Fomentar e/ou realizar construção de casas Populares no município.

Unidade de medida: %

Quantidade 2021: 10





ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
GABINETE DO PREFEITO

000053



ANEXO DE METAS FISCAIS



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2021**

As metas fiscais estabelecidas na LDO 2021 foram elaboradas com base na arrecadação observada em exercícios anteriores e a partir de cenário econômico projetado pela FAPESPA - Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas.

De acordo com a FAPESPA, as perspectivas da economia paraense para o triênio 2021 a 2023 são positivas, sinalizando retomada do crescimento e estabilização da inflação. Nos anos de 2021, 2022 e 2023, estima-se que o PIB do Pará apresente crescimento real de 3,29%, 3,42% e 3,70% respectivamente. Já para a inflação, medida pelo IPCA, as projeções indicam variação anual de 3,65%, para 2021 e de 3,50% para os anos de 2022 e 2023.

Vale ressaltar que embora as previsões para a economia sejam positivas, os impactos desse desempenho na arrecadação de ISSQN devem ser limitados, em função da elevada queda na prestação de serviços, especialmente no setor de serviços e comércio que representam parcela significativa da economia e têm sido responsáveis pelo crescimento da economia local nos últimos anos.

A perspectiva de crescimento econômico, aliado à estabilização da inflação, deverá refletir nos indicadores fiscais do Setor Público, possibilitando a consolidação do perfil das contas do Município de Salinópolis. As metas fiscais da LDO 2021 ratificam o compromisso do governo com a responsabilidade fiscal, que contribui para o crescimento sustentado com inclusão social.

A tabela a seguir apresenta as projeções dos indicadores para o período 2021/2023.



**Projeções dos Indicadores Econômicos e Financeiros, para os anos de
2021 a 2023**

	2021	2022	2023
RCL	85.115,38 7,37	88.094.425,93	91.177.730,83
IPCA ACUMULADO (%)	3,65	3,5	3,5
INPC ACUMULADO(%)	3,75	3,5	3,5
PIB REAL (%)	3,30	2,40	2,50
V. SALÁRIO MÍNIMO (R\$ 1,00)	1.079,00	1.120,00	1.160,00
TAXA SELIC	5,25	6,00	6,25
PIB REAL (%)	206.890.000.000,00	233.786.000.000,00	239.630.650.000,00
CORRENTE/CONSTANTE	1,068	1,105	1,144

Metodologia de Projeção das Receitas Tributárias

Na elaboração das metas fiscais adotou-se como ponto de partida a arrecadação projetada para 2020, estimada com base em série histórica de arrecadação de receitas de exercícios anteriores, conforme metodologia descrita a seguir. Para os anos seguintes (2021 a 2023), foram consideradas as taxas de crescimento previstas para o PIB estadual, PIB Brasil e inflação (IPCA) divulgados pela PLDO 2021 Federal, em abril de 2020.

As estimativas de IPTU, ITBI e demais Taxas, foram elaboradas a partir da arrecadação observada em 2019, acrescidas das projeções do PIB (média Pará e Brasil) e da inflação (IPCA). No caso das transferências Constitucionais da União, a exemplo do FPM, utilizou-se a estimativa da Secretaria do Tesouro Nacional.



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
GABINETE DO PREFEITO



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2021

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2021			2022			2023		
	Valor Corrente (a)	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total	104.442.456,93	0,050	122,71	106.497.708,38	0,046	120,890	108.627.908,91	0,045	119,139
Receitas Primárias (I)	103.242.646,93	0,050	121,30	105.244.905,03	0,045	119,468	105.143.213,40	0,044	115,317
Despesa Total	104.442.456,93	0,050	122,71	106.497.708,38	0,046	120,890	108.627.908,91	0,045	119,139
Despesas Primárias (II)	103.871.345,43	0,050	122,04	105.906.607,98	0,045	120,219	108.022.030,99	0,045	118,474
Resultado Primário (III) = (I - II)	-628.698,50	0,000	-0,74	-661.702,95	0,000	-0,75	-2.878.817,59	-0,001	-3,157
Resultado Nominal	1.159.014,09	0,001	1,36	1.264.614,59	0,001	1,436	1.378.429,90	0,001	1,512
Dívida Pública Consolidada	12.649.454,87	0,006	14,86	12.839.196,69	0,005	14,574	13.031.784,64	0,005	14,293
Dívida Consolidada Líquida	14.051.273,17	0,007	16,51	15.315.887,76	0,007	17,386	16.694.317,65	0,007	18,310
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)									
Despesas Primárias geradas por PPP (V)									
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)									

	2021	2022	2023
IPCA ACUMULADO (%)	3,65	3,5	3,5
PIB REAL (%)	3,30	2,40	2,50
V. SALÁRIO MÍNIMO (R\$ 1,00)	1.079,00	1.120,00	1.160,00
TAXA SELIC	5,25	6,00	6,25
PIB REAL (R\$ 1,00)	206.890.000.000,00	233.786.000.000,00	239.630.650.000,00

000056

[Handwritten signature]



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
GABINETE DO PREFEITO



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2021

R\$ 1,00

Especificação	I - Metas Previsas em 2019 (a)	% PIB	%RCL (a/RCL) X100	II - Metas Realizadas em 2019 (b)	% PIB	%RCL (a/RCL) X100	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	94.841.502,00	0,052	118,890	80.963.101,63	0,044	101,492	-13.878.400,37	-14,63%
Receitas Primárias (I)	93.723.002,00	0,051	117,487	80.815.895,62	0,044	101,308	-12.907.106,38	-13,77%
Despesa Total	97.266.506,00	0,053	121,929	80.557.214,77	0,044	100,983	-16.709.291,23	-17,18%
Despesas Primárias (II)	95.891.506,00	0,052	120,206	79.619.699,02	0,043	99,808	-16.271.806,98	-16,97%
Resultado Primário III = (I-II)	1.196.196,60	0,001	1,500	-2.368.504,00	-0,001	-2,969	-3.564.700,60	-298,00%
Resultado Nominal	-6.283.948,15	-0,003	-7,877	-321.000,00	0,000	-0,402	5.962.948,15	-94,89%
Dívida Pública Consolidada	5.722.620,66	0,003	7,174	12.278.341,98	0,007	15,392	6.555.721,32	114,56%
Dívida Consolidada Líquida	-44.323.879,15	-0,024	-55,563	12.278.341,98	0,007	15,392	56.602.221,13	-127,70%

000057



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
GABINETE DO PREFEITO



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2021

Especificação	VALORES A PREÇOS CORRENTES												R\$1,00	
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2023	%	
Receita Total	70.664.572,88	80.963.101,63	14,57	94.414.400,00	16,61	104.442.456,93	10,62	106.497.708,38	1,97	108.627.908,91	2,00	108.627.908,91	2,00	
Receitas Primárias (I)	70.526.000,64	80.815.895,62	14,59	93.248.400,00	15,38	103.242.646,93	10,72	105.244.905,03	1,94	105.143.213,40	-0,10	105.143.213,40	-0,10	
Despesa Total	82.926.025,54	80.557.214,77	-2,86	101.379.220,00	25,85	104.442.456,93	3,02	106.497.708,38	1,97	108.627.908,91	2,00	108.627.908,91	2,00	
Despesas Primárias (II)	81.745.205,66	79.619.699,02	-2,60	100.828.220,00	26,64	103.871.345,43	3,02	105.906.607,98	1,96	108.022.030,99	2,00	108.022.030,99	2,00	
Resultado Primário III=(I-II)	-11.219.205,02	1.196.196,60	-110,66	-7.579.820,00	-733,66	-628.698,50	-91,71	-661.702,95	5,25	-2.878.817,59	335,06	-2.878.817,59	335,06	
Resultado Nominal	-1.068.378,31	-321.000,00	69,95	613.917,10	-291,25	1.159.014,09	88,79	1.264.614,59	9,11	1.378.429,90	9,00	1.378.429,90	9,00	
Dívida Pública Consolidada	5.300.829,90	12.278.341,98	131,63	12.462.517,11	1,50	12.649.454,87	1,50	12.839.196,69	1,50	13.031.784,64	1,50	13.031.784,64	1,50	
Dívida Consolidada Líquida	6.198.411,23	12.278.341,98	98,09	12.892.259,08	5,00	14.051.273,17	8,99	15.315.887,76	9,00	16.694.317,65	9,00	16.694.317,65	9,00	

000058

Almy



ESTADO DO PARÁ
 PODER EXECUTIVO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
 GABINETE DO PREFEITO



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
 2021

Especificação	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	
Receita Total	77.222.103,91	83.311.031,58	7,88	94.414.400,00	16,61	97.792.562,67	-1,54	96.290.875,57	-1,54	94.954.465,83	-1,39	
Receitas Primárias (I)	77.070.672,45	83.159.556,59	7,90	93.248.400,00	15,38	96.669.145,07	-1,56	95.158.141,98	-1,56	91.908.403,32	-3,42	
Despesa Total	90.621.394,86	82.893.374,00	-8,53	101.379.220,00	25,85	97.792.562,67	-1,54	96.290.875,57	-1,54	94.954.465,83	-1,39	
Despesas Primárias (II)	89.330.997,25	81.928.670,29	-8,29	100.828.220,00	26,64	97.257.814,07	-1,54	95.756.426,75	-1,54	94.424.852,27	-1,39	
Resultado Primário III=(I-II)	-12.260.324,81	1.230.886,30	-110,04	-7.579.820,00	-733,66	-588.669,01	1,63	-598.284,76	1,63	-2.516.448,94	320,61	
Resultado Nominal	-1.167.521,68	-330.309,00	-71,71	613.917,10	-291,25	1.085.219,19	5,36	1.143.412,83	5,36	1.204.921,24	5,38	
Dívida Pública Consolidada	5.792.736,31	12.634.413,90	118,11	12.462.517,11	1,50	11.844.058,86	-1,99	11.608.676,93	-1,99	11.391.420,14	-1,87	
Dívida Consolidada Líquida	6.773.611,40	12.634.413,90	86,52	12.892.259,08	5,00	13.156.622,82	5,25	13.847.999,78	5,25	14.592.935,01	5,38	

000059



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIA
METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2021

AMF – Demonstrativo IV (LRF, art.4º, § 2º, inciso III) R\$ 1,00

Patrimônio Líquido	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital						
Reservas						
Resultado Acumulado	(15.742.469,65)		(17.688.402,14)		3.706.612,75	
TOTAL	(15.742.469,65)		(17.688.402,14)		3.706.612,75	



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO
DE ATIVOS
2021

AMF – Demonstrativo V (LRF, art.4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

Receitas Realizadas	2019	2018	2017
	(a)	(b)	(c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Despesas Executadas	2019	2018	2017
	(d)	(e)	(f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-
Saldo Financeiro	2019	2018	2017
	(g) = ((Ia - IId) + IIIf)	(h) = ((Ib - IId) + IIIf)	(i) = (Ic - IIIf)
VALOR (III)	-	-	0,00



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

2021

AMF – Demonstrativo 7 (LRF, art 4º, § 12º, inciso V)

R\$ 1,00

SETOR / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	Tributo Contribuição	RENÚNCIA DA RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
		2021	2022	2023	
Setor Empresarial	IPTU e ISSQN	50.000,00	65.000,00	70.000,00	1 - Fomento a instalação de novas empresas no município 2 - Atualização do cadastro de contribuintes 3 - Criação do Setor de Dívida Ativa na Prefeitura
Setor Residencial	Tributos Municipais	50.000,00	65.000,00	70.000,00	1 - Criação do Setor de Dívida Ativa na Prefeitura. 2 - Cobrança dos tributos devido dos últimos 5 anos 3 - Implantação do Novo código Tributário Municipal
TOTAL		100.000,00	130.000,00	140.000,00	



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARATER
CONTINUADO

2021

A Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, em seu § 2º, inciso V, do art. 4º, determina a inclusão, no Anexo de Metas Fiscais, do demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (DOCC).

A exigência da estimativa das Metas Fiscais pela Lei de Responsabilidade Fiscal na LDO assegura que nenhuma despesa classificada como obrigatória de caráter continuado seja criada sem a devida fonte de financiamento para sua integral cobertura. O art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF), considera despesa obrigatória de caráter continuado aquela de natureza corrente, derivada de lei, medida provisória ou atos administrativos normativos e fixos para o Estado a obrigação legal de sua execução, por um período superior a dois exercícios.

No projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, foi considerado como estimativa de acréscimo de receita, o crescimento da atividade econômica refletindo, principalmente, na arrecadação das receitas tributárias, com destaque para o ISSQN, IPTU e ALVARÁ, devido incremento trazido pela modernização do Código Tributário, advento da Nota Fiscal Eletrônica, e aumento na fiscalização. Nessa apuração foi aplicada a taxa de crescimento esperada para o PIB Estadual, período 2021, de 3,30%, e a expectativa de inflação esperada para 2021, medida pelo IPCA de 3,65%, obtendo-se o montante de acréscimo de receita corrente de R\$ 563.346,00 (Quinhentos e sessenta e três mil, trezentos quarenta e seis Reais).

A margem líquida para expansão das despesas de caráter continuado, no valor de R\$ 217.476,00 (duzentos e dezessete mil e quatrocentos e setenta e seis reais), foi calculada com base no acréscimo da receita corrente estimada para 2021 e a reestimativa de 2020, da projeção das despesas de caráter continuado, tais como: impacto do aumento do salário mínimo; aumento vegetativo na folha; cobertura de novos financiamentos; precatórios pendentes e os em tramitação e incorporação de despesas por força de mudanças na estrutura administrativa do Município.

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)	R\$ 1,00
EVENTO	Valor Previsto 2021
Aumento Permanente da Receita	563.346,00
(-) Aumento referente a transferências constitucionais	
(-) Aumento referente a transferências do FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	563.346,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	563.346,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	345.870,00
Novas DOCC	345.870,00
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	217.476,00

FONTE: Secretaria Municipal de Administração e Finanças



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
GABINETE DO PREFEITO

000064

Oeiras
do Pará
Constituído em 1962

O resultado é superavitário, conforme quadro o que garante financiar o funcionamento e a respectiva manutenção dos novos investimentos a serem instalados, garantindo dessa forma, a ampliação dos serviços públicos a serem prestados à população.



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
GABINETE DO PREFEITO



ANEXO DE RISCOS FISCAIS

A handwritten signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page.



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS E PROVIDENCIAS
2021**

O Anexo de Riscos Fiscais compreende os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, que são capazes de impactar negativamente nas contas públicas. Podem ser classificados em dois tipos:

1. Riscos orçamentários, aqueles relacionados à frustração na arrecadação prevista, alterações nos indexadores por força de mudanças na conjuntura econômica nacional e internacional, que afetam a estimativa da receita e a fixação da despesa e a restituição de tributos a maior que o previsto no orçamento;
2. Riscos de dívida, aqueles relacionados a situações externas à administração, que podem resultar em aumento do estoque da dívida pública, devido a fatores imprevisíveis, além de procedimentos que podem resultar em acréscimo de despesa, como os resultantes das variações da taxa de juros e de câmbio em títulos vincendos, bem como de julgamentos de processos judiciais.

Vale ressaltar que, conforme regra, todos os pagamentos resultantes de passivos contingentes estão sujeitos ao Regime de Precatório, conforme dispõe os termos do art.100, da Constituição Federal.

No entanto, algumas situações de riscos podem afetar as contas públicas e que fogem a esta regra, como as determinações de majoração de vencimentos ou incorporações de vantagens por meio de folhas suplementares efetivadas por mandados de segurança ou ações ordinárias transitadas em julgado, e, ainda, solvência de obrigações definidas na Constituição Federal, como de "pequeno valor".

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Aumento do Salário Mínimo acima da projeção Orçamentária	0,00	Abertura de crédito adicional a partir do cancelamento de dotações de despesas discricionárias	1.050.000
Ação Judicial em Tramitação	320.000	Limitação de Empenho	220.000
Epidemias e Calamidades Públicas	350.000	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	200.000
Desvio de parâmetro da receita estimada e da efetivada de alguns impostos	1.050.000	Limitação de Empenho	300.000
TOTAL	1.720.000	TOTAL	1.720.000

O valor atribuído a essas causas, no total de R\$ 1.720.000,00 (HUM Milhão Setecentos e Vinte mil Reais), não é um dado definitivo para se estabelecer o impacto fiscal relativo aos valores desses passivos, vez que não se sabe, quando do pagamento da ação, quais os valores



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
GABINETE DO PREFEITO



efetivamente devidos. Além do que, caso o Município venha a ser condenados, esses pagamentos não serão tempestivos, posto que haja a emissão de precatórios, que de acordo com o artigo 100, da Constituição Federal, somente serão objeto de dotações orçamentárias aqueles recebidos até 1º de julho do exercício no qual se elabora a proposta dos orçamentos, podendo o respectivo pagamento ocorrer até o final do exercício seguinte.

Todas essas situações devem implicar em procedimentos a serem tomados pela administração pública que levem à redução de despesas discricionárias e adiáveis, como as ações novas, de maneira e se garantir o equilíbrio fiscal, trajetória perseguida pela atua administração.